

Dilemas socioambientais do desenvolvimento sustentável*

Haroldo da Gama Torres**

Este livro é fruto do esforço pioneiro do grupo de trabalho *Ecologia, Política e Sociedade*, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, buscando um aprofundamento crítico desta temática, tendo em vista a realização da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, no Rio de Janeiro, em junho de 1992, data de lançamento da publicação.

Por ser uma coletânea diversificada, não alinharemos todos os temas tratados. Além disso, não seria possível fazer justiça à diversidade temática e metodológica dos trabalhos apresentados.

Como alternativa, apresentamos inicialmente uma visão bastante genérica do documento para, em seguida, nos atermos a duas polêmicas que consideramos de maior interesse para a comunidade abeplana: a "sociopolítica" do meio ambiente e os problemas colocados na interface entre população e meio ambiente.

A problemática socioambiental: uma visão genérica

Apesar de se tratar de uma coletânea que reúne nove trabalhos, cobrin-

do temas diversos com diferentes enfoques metodológicos, o leitor não terá dificuldade em identificar as preocupações comuns dos autores com algumas questões gerais.

Em primeiro lugar, observa-se uma significativa preocupação com a chamada "agenda ambiental brasileira". Neste particular, destaca-se a crítica à excessiva ênfase da "agenda" em temas relativos aos ambientes naturais e à Floresta Amazônica, ignorando o fato de que 75% da população brasileira estaria vivendo em áreas urbanas e 90%, fora da Amazônia brasileira (1).

Em segundo lugar, percebe-se a tentativa de se relacionar o ambiente ao social, isto é, assumindo que pensar a questão *socioambiental* significa não apenas ampliar o leque temático das ciências sociais, mas repensar categorias centrais da sociologia, como movimentos sociais, desenvolvimento, cidadania e Estado.

Em terceiro lugar, apontou-se, em geral, a especificidade dos problemas socioambientais de países em desenvolvimento, assumindo que a pobreza (fruto e causa de diferentes processos de degradação) também deveria passar a ser objeto da reflexão ambientalista.

* HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo F. (orgs.) – 1992. *Dilemas socioambientais do desenvolvimento sustentável*. Campinas, Editora da UNICAMP, 234 p.

** Pesquisador Associado do Instituto SPN (Sociedade, População e Natureza).

Em quarto lugar, nas análises que abordam a questão do Estado, notamos a preocupação generalizada com o descolamento observado entre práticas e discursos das diversas agências públicas, no que diz respeito à implementação de políticas ambientais.

Em síntese, o livro constitui, em seu conjunto, uma das primeiras tentativas de circunscrever o campo das questões socioambientais no Brasil, cobrindo temas bastante diversos como a relação entre o Estado e os movimentos socioambientais, levantamento da produção científica em questões socioambientais, campesinato e ecologia, o meio ambiente no contexto das transformações urbano-industriais brasileiras e a integração da demografia ao campo das ciências ambientais.

A "nova" clivagem sociopolítica

Uma posição muito polêmica em torno da reorganização política da sociedade foi proposta em dois dos trabalhos apresentados (Ferreira & Ferreira, 1992; Viola e Leis, 1992):

A clivagem sociopolítica profunda do mundo contemporâneo se dá entre as forças conservadoras da civilização predatória-perdulária e as forças progressistas que apontam na direção de uma civilização socialmente justa e ecologicamente sustentável (Ferreira & Ferreira, 1992: 28).

Esta formulação tem diversos e importantes pressupostos e consequências. Em primeiro lugar, adota-se como ponto de partida uma aguda percepção da ameaça constituída pelos chamados problemas ambientais globais. Em linhas gerais, tomar este ponto de partida significa assumir que a degradação ambiental não impacta apenas as populações próximas às áreas degradadas, mas (dada a sua escala) o planeta como

um todo; não afeta apenas a qualidade de vida humana, mas a possibilidade de sobrevivência de qualquer espécie.

Em segundo lugar, a formulação teria ainda como pressuposto uma crítica, não apenas ao modo capitalista de produzir, mas à própria civilização industrial que (implicitamente) admitiria a possibilidade ilimitada de acumulação, sem considerar as restrições colocadas pela finitude dos recursos naturais planetários.

Em terceiro lugar, como consequência destes pressupostos, as clivagens sociais, tais como percebidas anteriormente pela economia política, deveriam ser redefinidas. Assim, a identificação dos diversos atores sociopolíticos não teria mais como referência fundamental a relação capital-trabalho, mas a aglutinação das forças sociais em torno do dilema conservação-destruição do planeta.

Esta formulação última implicaria a reorganização do conjunto de alianças sociopolíticas. A nova aliança progressista seria, dentro desta concepção, constituída em torno do "movimento ambientalista global", que abrangeria "estruturas governamentais, organizações não-governamentais, grupos comunitários de base, comunidade científica e parte do empresariado", todos voltados para a sustentabilidade (Viola & Leis, 1992: 76).

Em quarto lugar, nos países em desenvolvimento, seria um erro hierarquizar e separar, a nível das políticas públicas, as questões sociais das ambientais. Frente à "insustentabilidade da civilização contemporânea", a pobreza e a degradação ambiental deveriam ser combatidas simultaneamente, rompendo a visão de que a degradação ambiental seria condição para o desenvolvimento ou de que o combate à degradação só seria possível em regiões mais afluentes.

Do nosso ponto de vista, entendemos que, apesar do mérito dos autores em trazer os problemas ambientais glo-

bais para o centro da reflexão sociológica, não existem evidências suficientes de que a problemática ambiental consiga, de fato, estabelecer uma nova "clivagem fundamental" na sociedade contemporânea.

Outros temas, que não podem ser reduzidos à questão ambiental, surgiram com intensidade nos últimos anos: raça, gênero, direitos humanos, pacifismo etc. São problemas que colocam outras leituras da sociedade e outras formas de aliança ou de ação política. Em síntese, entendemos que a sociedade contemporânea é multifacetada, constituída em torno de múltiplas e complexas clivagens, dificilmente redutíveis a lógicas bipolares.

A população na questão ambiental

As questões do crescimento populacional e da pressão da população sobre recursos finitos retorna com toda força ao campo dos debates, com a entrada em cena da questão ambiental.

Esta resenha oferece a oportunidade de fazermos um esboço de posições importantes neste debate, uma vez que reúne trabalhos de cientistas sociais próximos ao movimento ambientalista e de outros com atuação também no âmbito da análise demográfica.

Identificamos, nos trabalhos mais afinados com o ambientalismo (Ferreira & Ferreira, 1992; Viola & Leis, 1992), a defesa do planejamento familiar, considerado como requisito básico para a sustentabilidade:

A proposta de sociologia do meio ambiente (...) parte do conceito de insustentabilidade da civilização contemporânea, a médio e longo prazos, devido a quatro fatores fundamentais: crescimento populacional exponencial e concentração espacial da população, depleção do suporte de recursos naturais, sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energé-

tica e, finalmente, um sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material (Ferreira & Ferreira, 1992: 28).

(Existe no ambientalismo) uma maioria, de caráter reformista, que considera a adoção gradual de um novo modelo de desenvolvimento que interiorize a sustentabilidade social e ambiental, criando-se mecanismos nacionais e internacionais que permitam o repasse de recursos de sistemas produtivos predatórios para sistemas produtivos sustentáveis e um incentivo generalizado ao planejamento familiar (Viola & Leis, 1992: 77) (2).

Antes de discutir estes argumentos, cabe mencionar que seria uma injustiça, senão uma leviandade, igualar a posição destes autores (em relação ao crescimento populacional) ao neo-malthusianismo. De maneira geral, os neo-malthusianos, tomando parte no debate sobre crescimento populacional e pobreza, condicionam uma melhor distribuição de renda à redução do ritmo de crescimento populacional, desconsiderando as condições concretas de produção e distribuição da riqueza nos diversos países.

Entretanto, para os autores resenhados, buscar a sustentabilidade implica, *simultaneamente*, planejamento familiar, mudanças nos padrões de consumo e reconversão de sistemas produtivos. Por isso, o viés anti-distributivista dos neo-malthusianos não tem que ser, necessariamente, uma condição de sustentabilidade. Em outras palavras, esses argumentos não implicam recusa obrigatória a uma melhor distribuição. Em tese, esta seria admitida se o consumo médio da população fosse suprido por produtos mais sustentáveis.

Se é verdade que as posições desses autores não podem ser alinhadas junto ao neo-malthusianismo mais tradicional, elas não deixam de pecar pelo desconhecimento de questões já clássi-

cas na análise demográfica. Em primeiro lugar, a evidência empírica tem demonstrado, em dezenas de países, a inconsistência das projeções populacionais por meio das curvas exponenciais, principalmente no médio e longo prazo. Em segundo, a eficiência das políticas não coercitivas de planejamento familiar é mais do que controversa.

Não por acaso, os três autores mais afinados com a análise demográfica são cuidadosos em abordar esse tema que, afinal, diz respeito à própria origem da demografia. Sem nos aprofundarmos no conteúdo dos trabalhos, vale a pena levantar alguns pontos de contato entre eles. Em primeiro lugar, esses autores recusam, ao menos para o caso do Brasil e da Amazônia (Sawyer, 1992), a preocupação *genérica* com a pressão dos números sobre recursos, uma vez que as taxas de crescimento populacional são declinantes e apontam para a perspectiva de uma população estável a médio prazo.

Em segundo lugar, existe a manifesta tentativa de deslocar o eixo das preocupações ambientalistas com o crescimento populacional, voltando o debate para a distribuição e, em particular, para a *concentração da população*. Em termos lógicos, este deslocamento implica atribuir alguma importância à pressão

populacional, ao menos no contexto de ecossistemas ou espaços limitados (3).

Em terceiro lugar, os três trabalhos se referem a experiências espacializadas, sugerindo que o nível de generalização proposto pela reflexão anterior não é adequado. A espacialização da questão seria fundamental porque tanto a população quanto os diversos ecossistemas não podem ser encontrados em abstrato, mas em espaços concretos que definem diferentes processos de interação.

Conclusão

Sem dúvida, os trabalhos da coletânea são do maior interesse para os estudiosos das questões socioambientais no Brasil. Tendo em vista a diversidade dos trabalhos apresentados, procuramos concentrar nossas reflexões naqueles temas que, no nosso entender, seriam de maior interesse da comunidade abepiana.

Uma leitura minuciosa fará emergir a complexidade dos problemas levantados, bem como as dificuldades teóricas e empíricas encontradas na tentativa de incorporar a reflexão ambiental às ciências sociais. Trata-se, porém, de um esforço louvável e absolutamente fundamental, e como tal deve ser considerado.

Notas

(1) A chamada "agenda brasileira", anterior ao documento brasileiro preparatório da CNUMAD, nunca esteve organizada em qualquer documento sistemático. Assim, a "agenda" de que falam os autores deve, antes de mais nada, ser considerada uma interpretação, feita por eles, da orientação geral das políticas públicas em meio ambiente no Brasil. Vale ainda observar que o documento preparatório para a CNUMAD assumiu, em diversos momentos, a crítica dos autores quanto à preocupação

desproporcional do Estado brasileiro com os ambientes florestais, em detrimento das áreas urbanas.

(2) Grifos do resenhista.

(3) Ver a discussão sobre o conceito de "capacidade de suporte" em HOGAN, D. J. - 1991. Crescimento demográfico e meio ambiente. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 8(1/2), jan./dez., p. 51-71.

(*) Os demais trabalhos que compõem a coletânea são:

Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a sociedade (Leila Ferreira e Lúcia Ferreira)

Limites político-institucionais ao desenvolvimento sustentável no Brasil (Ricardo Nelder)

A evolução das políticas ambientais no Brasil 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista ao multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável (Eduardo Viola e Hector Leis)

A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (Paulo Freire Vieira)

Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras (Daniel Hogan)

O Nordeste urbano: grave crise ambiental (Haroldo Torres)

Ambiente, qualidade de vida e cidadania: algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais (Sonia Regina Seixas Barbosa)

Campesinato e ecologia na Amazônia (Donald Sawyer)

Recebida para publicação em 14/10/92
Aprovada para publicação em 29/10/92